

LEGISLAÇÃO FLORESTAL (Listagem não exaustiva | Rev. Fevereiro de 2013)

Lei de Bases

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto - Lei de Bases da Política Florestal.

Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Planeamento DFCI

Lei n.º 20/2009, de 12 de Maio, Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho - Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;

Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio.

Declaração de Rectificação n.º 20/2009, de 13 de Março, Rectifica o Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2009.

Portaria n.º 1056/2004, de 19 de Agosto - Zonas Críticas

Portaria n.º 1060/2004, de 21 de Agosto - Zonamento da probabilidade de ocorrência de incêndio florestal

Portaria n.º 1061/2004, de 21 de Agosto - Regulamento de fogo controlado

Despacho n.º 14031/2009, de 22 de Junho - Aprova o Regulamento do Fogo Técnico

Portaria n.º 566/2008, de 20 de Junho - Define o período crítico, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no ano de 2008, vigora de 01 de Julho a 15 de Outubro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Lei n.º 14/2004, de 08 de Maio - Cria as Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios

Portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro - Define a estrutura tipo do conteúdo dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios

Ordenamento Florestal

Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção.

Decreto-Lei n.º 127/2005, de 05 de Agosto - Zonas de Intervenção Florestal (ZIF);

Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro - Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e revoga os Decretos-Leis n.º 204/99 e 205/99, ambos de 9 de Junho.

Decreto-Lei n.º 204/99, de 09 de Junho - Planos Regionais de Ordenamento Florestal

Decreto-Lei n.º 205/99, de 09 de Junho - Planos de Gestão Florestal

Despacho n.º 15183/2009, de 06 de Julho - Planos de Gestão Florestal - Normas Técnicas

Sapadores Florestais

Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio - Cria equipas de sapadores florestais e regulamenta a sua actividade

Decreto-Lei n.º 94/2004, de 22 de Abril - Altera o Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio, que cria equipas de sapadores florestais e regulamenta a sua actividade

Decreto-Lei n.º 38/2006, de 20 de Fevereiro - Constituição, reconhecimento e funcionamento das equipas de sapadores florestais

Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio - Estabelece o regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua actividade.

Fiscalização

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro - Consolida institucionalmente o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS)

Portaria n.º 798/2006, de 11 de Agosto - Define os termos em que se processa a coordenação da actividade dos serviços dependentes dos Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no âmbito da DFCI

Recuperação de Áreas Ardidas

Decreto-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril - Regime da rearborização das áreas percorridas por incêndios florestais

Decreto-Lei n.º 180/89, de 30 de Maio - Estabelece regras de ordenamento das zonas percorridas por incêndios florestais em áreas protegidas

Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março - Estabelece medidas de protecção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios (terceira alteração ao DL n.º 327/90, de 22 de Outubro, alterado por ratificação, pela Lei n.º 54/91, de 8 de Agosto)

Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro - Regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal, Lei n.º 54/91, de 8 de Agosto-Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro (regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal)

Decreto-Lei n.º 34/99, de 05 de Fevereiro - Alteração do uso do solo nos terrenos percorridos por incêndios florestais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de Janeiro - Orientações para a recuperação das áreas ardidas em 2003, 2004 e 2005

(Re)arborização com Espécies Florestais de Crescimento Rápido

Decreto-Lei n.º 28039/1937, de 14 de Setembro - Distâncias de plantação

Decreto-Lei n.º 175/1988, de 17 de Maio - Autorização da Direcção-Geral dos Recursos Florestais para (re)florestações com espécies de crescimento rápido

Portaria n.º 528/89, de 11 de Julho - Normas de (re)arborização com espécies de crescimento rápido

Portaria n.º 513/89, de 06 de Julho - Listagem de concelhos em que a ocupação do solo com espécies de crescimento rápido atinge uma área superior a 25% da área do concelho

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro - (Re)florestação de áreas inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas

Decreto-Lei n.º 28039, D.R. n.º 215, Série I de 1937-09-14 - Proíbe, com várias excepções, a plantação ou sementeira de eucaliptos, acácias mimosas e de ailantos a menos de 20 metros de terrenos cultivados e a menos de 30 de nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos (Nota: Condiciona a plantação ou sementeira, de eucaliptos, acácias-mimosa e de ailantos).

Mobilização de Solos

Decreto-Lei n.º 139/1989, de 28 de Abril - As acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas, carecem de licença das Câmaras Municipais. Altera o Decreto-Lei n.º 357/75 de 8 de Julho, relativo à protecção ao relevo natural, solo arável e revestimento vegetal (Nota: Competência das Câmaras Municipais para licenciarem acções que envolvam áreas inferiores a 50 ha (mobilização do solo).

Decreto-Lei n.º 357/75, de 08 de Julho - Aprova medidas de protecção ao relevo natural, ao solo arável e ao revestimento vegetal.

Condicionamento de Cortes Prematuros de Pinheiro-Bravo e Eucalipto e Manifesto de Corte ou Arranque de Árvores

Decreto-Lei n.º 174/88, de 17 de Maio - Estabelece a obrigatoriedade de manifestar o corte ou arranque de árvores (corte final, desbaste, corte extraordinário ou arranque de árvores florestais que se destinem a venda ou autoconsumo para transformação industrial);

Decreto-Lei n.º 173/88, de 16 de Maio - Estabelece a proibição do corte prematuro de povoamentos florestais (Nota: Obriga a um pedido de autorização para cortes finais de povoamentos florestais de eucaliptos com DAP < 12cm).

Protecção a Espécies Florestais (sobreiro e azinheira)

Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho - Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, que estabelece as medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira

Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio - com alterações introduzidas pelo DL 155/2004, de 30 de Junho - Protecção ao sobreiro e à azinheira. Regula as conversões de uso, o corte e o arranque de árvores, a poda e outras intervenções nos montados de sobreiro e azinho e em arvoredos isolados. Nova definição de povoamento de sobreiro e azinheira e de núcleos.

Regularização de Prédios Florestais

Decreto-Lei n.º 364/2007, de 02 de Novembro - vem prorrogar por um período de 3 anos a vigência do D.L. 136/2005 de 17 de Agosto

Decreto-Lei n.º 136/2005, de 17 de Agosto - estabelece medidas de carácter excepcional, tendo em vista a regularização da situação jurídica dos prédios rústicos sítos em áreas florestais

Doenças e pragas

Portaria n.º 103/2006, de 06 de Fevereiro - Nemátodo da madeira do pinheiro, *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner et Buhner) Nickle et al.;

Despacho n.º 15752/2008, de 06 de Junho - Presença do nemátodo da madeira do pinheiro

Portaria n.º 358/2008, de 12 de Maio - Estabelece as medidas a aplicar a plantas e madeira em bruto de coníferas hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), originários do território de Portugal continental, destinados a transmissões intracomunitárias ou à exportação para países terceiros

Portaria n.º 305-A/2008, de 21 de Abril - Altera a Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro, que estabelece medidas extraordinárias de protecção fitossanitária indispensáveis para o combate ao nemátodo da madeira do pinheiro

Despacho n.º 17390/2007, de 07 de Agosto - Estabelece os prazos do Programa Nacional de Luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP)

Portaria n.º 321/2007, de 23 de março - Altera os artigos 2.º e 6.º e o anexo I da Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro, que estabelece medidas extraordinárias de protecção fitossanitária indispensáveis para o combate ao nemátodo da madeira do pinheiro, na redacção dada pela Portaria n.º 815/2006, de 16 de Agosto

Portaria n.º 815/2006, de 16 de Agosto - Altera a Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro (estabelece medidas extraordinárias de protecção fitossanitária indispensáveis para o combate ao nemátodo da madeira do pinheiro)

Portaria n.º 553-B/2008, de 27 de Junho - No desenvolvimento das acções de prospecção e amostragem realizadas no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP), que tem vindo a ser aplicado desde 1999, com vista ao controlo e erradicação do *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner et Buhner) Nickle et al. (NMP) e seu vector, *Monochamus galloprovincialis* (Oliv.), foi confirmada a presença deste organismo em alguns concelhos, exteriores às actuais zonas de restrição

Protecção Civil

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho - Cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS)

Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro - Define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal e determina as competências do comandante operacional municipal

Lei n.º 27/2006, de 03 de Julho - Lei de Bases da Protecção Civil.

Outros

Decreto-Lei n.º 179/2012, de 03 de Agosto - Proceder à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de Janeiro, que estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa;

Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de Janeiro - Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal;

Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro - Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna.